

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Departamento de Administração Pública - DAP		
Disciplina: Direito Administrativo		Código: 22DIRAD
Carga horária: 72 h/a	Período letivo: 2022-2	Termo: 2º Noturno
Professora: Denise Pinheiro		
Contato: denise.pinheiro@udesc.br		

II. EMENTA

Regime jurídico-administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: estrutura e organização. Ato administrativo. Princípios. Atividades da Administração Pública. Poder e Função no âmbito administrativo. Processo Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil do Estado. Direito Administrativo Sancionador. Sistema Jurídico Anticorrupção. A proteção de dados e o Setor Público. Controle e participação na Administração Pública. Relações Estado sociedade civil: marco legal e instrumentos jurídicos. Estatuto da Cidade.

III. OBJETIVOS

GERAL

Estudar o regime jurídico da Administração Pública.

ESPECÍFICOS

- Examinar a estrutura jurídica da Administração Pública brasileira.
- Estudar a teoria dos atos administrativos, contextualizando-a com o cotidiano da gestão pública.
- Identificar os princípios e poderes da Administração Pública.
- Categorizar serviço público e estudar o seu regime jurídico.
- Classificar agentes públicos e examinar os principais aspectos constitucionais pertinentes.
- Analisar as categorias de corrupção e os instrumentos jurídicos específicos para prevenção e combate.
- Identificar os elementos da responsabilidade civil do Estado.
- Analisar as formas jurídicas de controle e participação na Administração Pública.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Direito Administrativo. Aspectos Preliminares.
Unidade II – Administração Pública – Organização.
Unidade III – Atos Administrativos.
Unidade IV – Princípios da Administração Pública: Constitucionais e Infraconstitucionais.
Unidade V – Poderes da Administração Pública.
Unidade VI – Agentes Públicos.
Unidade VII – Aspectos Jurídicos do Serviço Público.

Unidade VIII – Responsabilidade Civil do Estado.

Unidade IX – Lei de Acesso à Informação – LAI e Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público)

Unidade X – Controle da Administração Pública. Sistema Normativo Anticorrupção. Improbidade Administrativa. Lei Anticorrupção. Crimes contra a Administração Pública.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de provas de exercícios, de debates sobre temas e atualidades relacionados à Administração Pública, a partir de textos, estudos de caso, filmes, documentários e podcasts previamente indicados.

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

1. Frequência mínima de 75% das aulas.
2. Resultado obtido nas provas (N1 e N2). Serão realizadas duas provas individuais e escritas para as quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), cada uma delas representando 50% da nota final.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

VII. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

Legislação brasileira disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

Roteiros de aula disponibilizados durante a disciplina.

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2018.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em “Minha Biblioteca”, com acesso pelo id.udesc

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em “Minha Biblioteca”, com acesso pelo id.udesc

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

NOHARA, Irene. **Direito Administrativo**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em “Minha Biblioteca”, com acesso pelo id.udesc

COMPLEMENTAR

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

DEZAN, Sandro Lucio. **Ilícito administrativo disciplinar: da atipicidade ao devido processo legal substantivo**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá Ed., 2015.

DEZAN, Sandro Lucio. **Nulidades no processo administrativo disciplinar: à luz das teorias gerais do processo e do ato administrativo**. Curitiba: Juruá Ed., 2017.

FREITAS, Juarez. **Direito fundamental à boa administração pública**. 3. ed., refund. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

FURTADO, Lucas Rocha. **As Raízes da corrupção no Brasil: estudo de casos e lições para o futuro**. Belo Horizonte: Fórum, 2015

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARQUES, Mauro Campbell (Coord.). **Improbidade administrativa: temas atuais e controvertidos**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 14. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979. ix, 768p.

NASCIMENTO, Melillo Dinis do. **Lei Anticorrupção empresarial: aspectos críticos à Lei b. 12.846/2013**. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 188p. (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes)

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Organização administrativa**. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: comentários à lei n. 13.709/2018**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

SCHIRATO, Vitor Rhein. **As empresas estatais no Direito Administrativo Econômico Atual**. São Paulo: Saraiva, 2016. – (Série IDP). . Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

ZIMMER, JÚNIOR. Aloíso. **Corrupção e improbidade administrativa: cenários de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais**. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. 592 p.